

Neves, Lucia M. Bastos P., Rodrigues, José Damião, Santos, Fabiano Vilaça dos (eds.) (2022). *Revoltas no Mundo Atlântico. Identidades, conflitos e protestos [séculos XVII-XIX]*. Rio de Janeiro: Contracapa, FAPERJ, 176 p., ISBN 978-65-89014-09-6

A presente obra, editada por Lucia Bastos P. Neves, José Damião Rodrigues e Fabiano Vilaça dos Santos é fruto de uma colaboração luso-brasileira de mais de uma década, a partir da iniciativa de José Damião Rodrigues, então docente na Universidade dos Açores e promotor do Ciclo de Conferências de História dos Açores, História do Atlântico, com participação de Guilherme Pereira das Neves. Vínculo posteriormente fortalecido com a realização de um convênio de investigação entre o Laboratório Redes de Poder e Relações Culturais de História Moderna, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e o Centro de História da Universidade de Lisboa, e que originou, em 2020, duas conferências online. A escolha pelo tema das «revoltas e movimentos de contestação da Época Moderna e seus desdobramentos em Portugal e no Atlântico luso» deveu-se à celebração, em 2020, dos 200 anos da Revolução do Porto e, em 2022, do bicentenário da Independência do Brasil. Após as conferências, em que participaram pesquisadores do Brasil, de Portugal e do Canadá, decidiu-se pela ampliação dos textos apresentados, levando-se em consideração o conteúdo dos debates desenvolvidos. Contudo, afirmam os organizadores que nem todos os participantes colaboraram com o presente volume. De todo modo, os cinco textos presentes na obra nos dão uma amostra ampla das potencialidades do grupo, sobretudo a de expansão dos debates sobre a temática abordada em sentidos cronológico e espacial.

O primeiro capítulo, de Luciano Figueiredo, aborda as lutas políticas no mundo luso-americano e anglo-americano, entre 1635-1689, chamando-nos a atenção para o fato que, além da sincronia destas revoltas, devemos estar

atentos ao fato que «A semelhança entre os descontentamentos causadores dos protestos, a linguagem política mobilizada pelos protagonistas e os desdobramentos de tais crises em dois impérios coloniais habitualmente considerados tão diferentes nos interrogam». Para Figueiredo, as reações das elites americanas aos governadores coloniais, por exemplo, se enquadram em sua própria temporalidade de afirmação destas mesmas elites no Novo Mundo, que não se voltavam contra o rei, mas reiteravam o compromisso político com a monarquia, relacionando-se com a busca de autonomia, em um momento marcado também pela adoção de novas práticas políticas na Europa.

Em seguida, Ariane Carvalho e Roberto Guedes analisam a recusa do Mambuco da proposta portuguesa de exclusividade comercial em Cabinda, preferindo o comércio franco com outras potências europeias, sobretudo os franceses. As estratégias diplomáticas portuguesas foram combinadas com iniciativas militares, em uma tentativa de afirmar sua autoridade; de todo modo, os franceses já exerciam, inclusive, uma forte influência cultural nas elites locais: «A grande influência francesa se dava não apenas no comércio, mas também nos costumes locais, pois suas elites falavam francês, comiam e agiam à sua moda». A reiteração da perspectiva do livre comércio, da parte do Mambuco, e da tentativa de exclusividade comercial, do lado lusitano, desembocou em conflito armado, que ocorreu num período de importantes disputas geopolíticas europeias. A «grande derrota de Cabinda», frase proferida pelo barão de Moçamedes e que dá título ao capítulo, fincou raízes na memória coletiva de administradores portugueses e definiu que, ao menos nesta área, o trato negreiro não fora definido pelos ditames lusitanos.

O capítulo de José Damião Rodrigues propõe uma releitura dos protestos sociais nos Açores entre os séculos XVII e XVIII, e possui importantes reflexões teóricas. Apresentando-nos um panorama da historiografia sobre motins e protestos no período moderno, o autor deixa claro que procura dissociar-se de perspectivas que aplicam categorias analíticas válidas para o estudo de sociedades contemporâneas ao Antigo Regime, o que «impede a correcta compreensão das suas especificidade e alteridade», buscando delimitar categorias de análise e um enquadramento a partir do estudo de revoltas e motins em outros espaços europeus no Antigo Regime. Se, como afirma o próprio autor, a historiografia portuguesa não deu muita atenção ao tema, incorpora de António Manuel Hespanha sugestões interessantes, pois alertam para o «pluralismo de situações, a especificidade de cada caso e de cada contexto, o léxico sociopolítico usado pelos actores sociais, mas também a importância da comparação e da articulação de escalas». O artigo também nos chama a atenção para outros aspetos bastante pertinentes, como

a participação feminina em protestos sociais e a complexidade das lutas políticas dentro das nobrezas locais, configurando-se como uma valorosa contribuição para o estudo do tema.

No quarto capítulo, Lucia Neves estuda os movimentos populares no processo de separação política entre Brasil e Portugal contextualizando-os com a emergência dos espaços públicos de poder e as novas relações entre cidadãos e os poderes públicos. Se, nas palavras da autora, não ocorreu uma revolução – em sua aceção moderna –, «transformou-se a maneira de se fazer política. E foram variados os atores envolvidos nessa mudança». De todo modo, por mais que a participação do povo, que é enfatizada no texto, tenha sido importante em tal processo, as condições estruturais da sociedade brasileira, sobretudo a escravatura, limitaram consideravelmente a inserção de homens livres de cor e obviamente de escravos. O que compunha o *povo* no Brasil em inícios do século XIX eram os habitantes de áreas urbanas, caixeiros, soldados rasos, pequenos comerciantes e artesãos; mesmo assim, isto não implicou uma plena passividade da «plebe ou populacho». Com a introdução de novas ideias e práticas sociais, bem como uma maior secularização do espaço público, novos problemas foram postos à sociedade brasileira no momento de construção do Estado nacional.

Por fim, Hendrik Kraay analisa a participação de índios, negros e as chamadas «classes de cor» no processo de Independência do Brasil. O autor demonstra que o envolvimento de escravos em lutas políticas, armados por seus senhores para tomar parte de conflitos, intensificou a circulação de notícias entre a população cativa e sua consequente interpretação dos significados destas transformações. Ademais, afirma Kraay que desde 1820 aumentaram as revoltas escravas no Brasil, inclusive com maior politização por parte dos revoltosos. Nas comunidades indígenas, a apropriação de uma nova linguagem proporcionada pelo constitucionalismo português e pela Independência brasileira fora aplicada em sua rejeição ao serviço militar e ao trabalho forçado. Em alguns casos trazidos, os enfrentamentos «também eram apresentados em termos raciais e estendidos dos portugueses a todos os brancos», «aumentando os temores das elites locais quanto à possibilidade de uma conflagração semelhante à Revolução Haitiana». Estes desafios populares à ordem vigente apontados demonstram a precariedade da arraia miúda e dos escravizados, bem como os recursos das classes senhoriais para afirmar sua posição dentro da sociedade brasileira sem, contudo, minimizar o significado das lutas populares para compreender o Brasil neste mundo atlântico em transformação.

Os cinco textos reunidos no presente volume nos revelam as possibilidades a serem exploradas neste campo de estudos do Atlântico que, como bem nos lembra Miguel Dantas da Cruz na introdução,

aborda aspetos culturais, económicos, políticos e sociais, que nos últimos tempos tem sido explorado de acordo com análises mais sofisticadas e abrangentes. É exatamente o que encontramos na presente obra, que muito pode contribuir para o fomento de diálogos e novas produções em língua portuguesa nesta área.

JOÃO GABRIEL COVOLAN SILVA
Scuola Normale Superiore
joao.covolansilva@sns.it
<https://orcid.org/0000-0002-0101-6990>